

**Resposta 19/06/2019 18:12:17**

DAS CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO Diante das considerações da área técnica passa-se a análise do pedido de impugnação: O Edital estabelece no item 8.9.3.6 o seguinte: Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em Brasília/DF, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da vigência do contrato. A instalação da unidade deverá estar em funcionamento somente após a efetivação da contratação. Assim somente se exige uma declaração de que irá instalar escritório na localidade da prestação do serviço. A cláusula supramencionada é prerrogativa da Concedente, razão pela qual julga ser essencial para a eficácia de todo o processo envolvendo os estudantes, desde a contratação, a manutenção e conclusão das atividades de estágio; Desta forma, é plenamente lícito ao administrador público, utilizando-se de seu poder discricionário, circunscrito à legalidade, estabelecer condições para a prestação do serviço que melhor atendam ao interesse público. Nesse sentido, AC.-TCU nº 542/2003 – 1ª Câmara: “O primeiro tópico diz respeito à possível restrição ao caráter competitivo do procedimento, em razão da exigência de que a empresa a ser contratada disponha de escritório fixo de atendimento, o que afastaria aquelas que oferecem o serviço mediante reembolso de despesas, com efeito, o requisito de que as prestadoras de serviços participantes da licitação disponham de sede fixa de atendimento não constitui restrição ao caráter competitivo do certame. Trata-se, como visto, de dispositivo destinado a assegurar que a assistência a ser prestada aos servidores se faça em consonância com as peculiaridades destes, evitando que se vejam submetidos a procedimentos onerosos e desnecessários. Dessa forma, entendo que a opção feita se insere no poder discricionário do gestor, não havendo necessidade de alterações quanto a esse ponto”. (grifo nosso). Outrossim, a rede mundial de computadores, em momento algum deve ser excluída do processo entre o agente de integração, este Ministério, a instituição acadêmica e o estudante, ao contrário, ela é oportuna e necessária, entretanto, para este Órgão Concedente, não pode ser o único canal de comunicação, para que não macule o direito do estudante, sem acesso à internet, de buscar a oportunidade de candidatura a vaga de estágio, em espaço físico condizente, podendo, opcionalmente, a critério do agente integrador, disponibilizar equipamentos eletrônicos conectados à Rede onde existir um posto físico de atendimento. Com efeito, não há violação ou restrição a participação no presente certame. Em face desses argumentos, passa-se a decisão. DA DECISÃO Diante do exposto, CONHEÇO DA IMPUGNAÇÃO, uma vez que presente os pressupostos de admissibilidade, e, no mérito, subsidiado pela área técnica demandante, e com lastro nos posicionamentos levantados, NEGOU PROVIMENTO, decidindo pela IMPROCEDÊNCIA dos Pedidos de Impugnação 01 ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 07/2019 interpostos pela empresa Agência Virtual de Estágio - AGIEL. Cumpre informar que o Pedido de Impugnação, a Nota Técnica n.º 2/2019/NUSTA/CDHO/CGGP/SAA/SE/MJ (9016750) e os demais documentos necessários para embasamento da tomada de decisão restam juntados ao processo eletrônico (SEI) com as devidas rubricas. É a decisão.